



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

2º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 308521-2

APELANTE: EMERSON OLIVEIRA DE ARAÚJO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. ART. 121, §2º, I e IV c/c o ART. 14, II. PENA APLICADA EM DESCONFORMIDADE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. NÃO OCORRENCIA. REDUÇÃO QUANTO À TENTATIVA NECESSITA-SE DA VERIFICAÇÃO DO INTER CRIMINIS PERCORRIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, **negar provimento** ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 308521-2

APELANTE: EMERSON OLIVEIRA DE ARAÚJO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **EMERSON OLIVEIRA DE ARAÚJO**, através da Defensoria Pública contra a decisão realizada pelo Egrégio Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que o condenou ao cumprimento da pena definitiva de 08 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semi-aberto, por prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, (Homicídio qualificado por motivo torpe e recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido) c/c o art. 14, inciso II, (Tentativa de Homicídio), todos do Código Penal Brasileiro.

Narra a denúncia que (fls. 02/04):

"No dia 10/08/2010, por volta das 20h00, na Rua João Fragoso de Medeiros, localizada no Conjunto Residencial Dom Helder Câmara, neste município, o ora denunciado, fazendo uso de uma arma de fogo, por motivo torpe, tentou assassinar a pessoa de Marcos Aurélio Brito de Sena Campelo, não tendo se consumado o crime por circunstâncias alheias a sua vontade"

Seguiu o presente feito os trâmites de estilo, tendo a sentença de pronúncia sido proferida no dia 04 (quatro) de junho de 2012 (dois mil e doze.) (fls. 129/131).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Em sessão realizada no dia 19 (dezenove) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze), o Conselho de Sentença decidiu, por maioria, condenar o réu pela prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV c/c o art. 14, inciso II do Código Penal (**fls 178/191**).

Irresignado, o réu, através da Defensoria Pública, apresentou as suas razões (**fls. 195/200**), pleiteando a reforma da sentença condenatória, devendo ser diminuída a quantidade da pena aplicada.

Alega a defesa, que a pena aplicada afrontou os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, da individualização das penas e da segurança jurídica, não podendo subsistir o *quantum* da condenação.

Em sede de contrarrazões, o Ministério Público pugna pelo provimento do Recurso de Apelação, no sentido de reduzir a pena aplicada (**fls. 208/211**).

Entretanto, a douta Procuradoria de Justiça, ao contrario do defendido pelo órgão ministerial de primeiro grau, opinou pelo não provimento do presente recurso. (**fls. 480/484**).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife 20 de agosto de 2013.


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 308521-2

APELANTE: EMERSON OLIVEIRA DE ARAÚJO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

VOTO

Conforme consta no relatório, o apelante, através da Defensoria Pública, pugna pela reforma do *quantum* condenatório, objetivando a diminuição da pena.

Nas razões recursais, alega, em síntese, que a pena aplicada pela douta Magistrada não foi proporcional à reprovação da conduta, afrontando, dessa forma, os primados da proporcionalidade, razoabilidade e segurança jurídica.

Entretanto, entendo que não assiste razão ao apelante.

Compulsando os autos, verifico que a Magistrada *a quo* fixou a pena-base no mínimo legal, analisando devida e fundamentadamente as circunstâncias do art. 59 do CPB.

Em relação à causa de diminuição de pena referente à tentativa, a juíza *a quo* aplicou a fração mínima de 1/3 (um terço) justificando o seguinte:

"Com fundamento no art. 14 do diploma penal aplico a causa de diminuição da pena, em decorrência da tentativa, em 1/3 (um terço) tendo em vista que o crime ficou bem próximo de sua consumação, ou seja, diminuo a pena em quatro anos [...]"



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ora, o art. 14, parágrafo único, pune a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

É consolidado na doutrina e jurisprudência que o percentual da redução da pena irá observar o *inter criminis* percorrido. Assim, quanto mais distante o agente ficar da consumação, maior será a diminuição, bem como quanto mais próximo o agente ficar da consumação do crime menor será a diminuição.

In casu, agiu corretamente a douta Magistrada ao reduzir a pena no patamar mínimo, posto que ao percorrer o *inter criminis*, o agente ficou próximo de consumir o crime de homicídio, uma vez que a bala atingiu uma região letal do corpo humano (o pescoço).

Dessa forma, verifica-se que o apelante realizou todos os atos de execução, porém não atingiu seu objetivo em virtude de circunstâncias alheias a sua vontade.

Diante do exposto, acolho o parecer da Procuradoria de Justiça, negando o provimento do presente apelo, mantendo-se na íntegra a sentença atacada.

É como voto.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



238

Apelação Criminal n.º 0308521-2 – 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes -PE

APELANTE: Emerson Oliveira de Araújo
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
REVISOR CONVOCADO: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Emerson Oliveira de Araújo contra a sentença prolatada pela Juíza Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que, em decorrência do veredicto dos Jurados componentes do Tribunal Popular daquela Comarca, condenou o apelante pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, I e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, à uma pena de 08 (oito) anos de reclusão.

O apelante requer, apenas, a redução da sua pena.

Pois bem. Analisando a sentença condenatória, verifico que a magistrada sentenciante fixou a pena-base do apelante no mínimo legal, qual seja, 12 (doze) anos de reclusão. Na segunda fase do processo dosimétrico, laborou em erro quando não exasperou a pena tendo em vista as duas agravantes de pena reconhecidas pelo conselho de sentença. Entretanto, deixo de exasperar a pena, tendo em vista a proibição da *reformatio in pejus*.

Ainda na segunda fase, verifico que a juíza a qua agiu com acerto quando reduziu a pena na fração de 1/3, pela incidência do art. 14, II, do CP, tornando-a definitiva em 08 (oito) anos de reclusão.

Nesse aspecto, não podemos olvidar que o réu percorreu todo *iter criminis*, não consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade. Analisando as provas dos autos, depreende-se que o apelante disparou três vezes contra a vítima, sendo que um disparo a atingiu no pescoço e o outro em seu cotovelo. Portanto, considerando os locais em que a vítima foi atingida (proximidade do coração e perto da cabeça), resta claro o intento criminoso do apelante de ceifar a sua vida, fato que, repito, não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, provavelmente pela sua má pontaria.

Portanto, resta, *in casu*, configurada a tentativa perfeita ou crime falho, razão pela qual, a pena deve ser reduzida em 1/3 (um terço). Nesse sentido, vejamos o aresto do Superior Tribunal de Justiça:

"2. A redução da pena, pela tentativa, deve considerar o *iter criminis* percorrido pelo agente. Se o delito esteve muito próximo da consumação, deve ser ela reduzida de um terço, patamar mínimo previsto pelo legislador. 3. Ordem denegada." (STJ. HC



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



239

Apelação Criminal n.º 0308521-2 – 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos
Guararapes -PE

122.066/MG, 6.ª Turma, Rel. Min. CELSO LIMONGI
(Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 14/09/2009.)

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, mantendo o veredicto condenatório e a sentença dele decorrente nos mesmos termos em que foi proferida.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado